

Deficiente *versus* Pessoa Portadora de Deficiência: uma análise discursiva dos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*¹

Ruvana De Carli

RESUMO

Esta pesquisa consiste em uma leitura do noticiário sobre pessoas portadoras de deficiência nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre, sob a perspectiva da Análise do Discurso. Com o objetivo de “desnaturalizar” o processo de produção do discurso jornalístico em relação à forma como retrata a pessoa portadora de deficiência, questiona-se se esse retratar reforça ou não o estigma do déficit. Em um corpus de 87 notícias, publicadas entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2001, foram mapeadas as formações discursivas dominantes e identificados alguns dos enunciadores que as originam, localizando-se as falas oriundas de duas vertentes: das entidades assistenciais e profissionais que trabalham com pessoas portadoras de deficiência, de um lado, e dos movimentos sociais, de outro – vozes que permeiam o discurso jornalístico e ajudam a configurá-lo. Buscou-se compreender as condições específicas de produção do discurso jornalístico e identificar a tensão existente entre os discursos emergentes dos movimentos sociais de pessoas portadoras de deficiência, os discursos circundantes e que versam a respeito destas pessoas e o discurso jornalístico *sobre* esta parcela da população. Considerou-se que, anteriores ao discurso jornalístico, existem duas linhas discursivas dominantes circulando nos campos político e

¹ Extrato da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

social: a linha da cidadania, que é o discurso *das* pessoas portadoras de deficiência e se refere aos movimentos no sentido de buscar autonomia e igualdade de condições de acesso aos vários campos da vida; e a linha do assistencialismo, um discurso *sobre*, que circunda as pessoas portadoras de deficiência, fundando sua perspectiva pelo viés do déficit: a pessoa portadora de deficiência seria alguém a quem, antes de mais nada, falta algo e, por isso, precisa de atendimento externo.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa Portadora de Deficiência. Discurso Jornalístico. Cidadania. Assistencialismo.

1 A DEFICIÊNCIA

O conceito de deficiência tem sido diversamente estabelecido ao longo do tempo, na medida em que variam as formas de tratamento do corpo humano. E essas formas de homens e mulheres tratarem o corpo revestiram-se e revestem-se “[...] de uma quase total irracionalidade.” (BIANCHETTI, 1998, p. 23) - uma tese que resulta da observação de visões sempre fragmentadas da pessoa, ora supervalorizando o corpo, ora negando-o.

Se nas sociedades primitivas, na sua maioria nômades, a norma era estabelecida pela capacidade de sobrevivência em um meio hostil à espécie humana, na atualidade ainda faz escola a lógica binária em que à normalidade de um corpo consagrado pela indústria cultural contrapõe-se a anormalidade de todo o corpo que dele divergir em qualquer aspecto.

Estabelecido o padrão de homem normal, está também definido o seu oposto, o que desvia da norma, o anormal - uma divisão reiterada pelo discurso que produziu e reforçou práticas que buscam normalizar² na modernidade.

É essa normalização que resultou na institucionalização de paradigmas segregacionistas das pessoas portadoras de deficiência. A pessoa portadora de deficiência, antes de qualquer outro adjetivo e antes mesmo de ser descrita como *pessoa*, é (des)qualificada como *deficiente*. A palavra é usada no tratamento cotidiano dessas pessoas em vários lugares, várias esferas e comumente na mídia.

Nos âmbitos político e social, hoje é possível distinguir-se duas linhas de discurso sobre as pessoas portadoras de deficiência. Em termos gerais, a linha vinculada à Medicina, à educação especial e à assistência social é adotada pelas institui-

² *Normalizar* significa “[...] eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.” (SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 83. Apud THOMA, 2002, p. 67). Ou: “[...] *normalizar* nada mais é do que trazer o outro para a minha eficiência.” (THOMA, 2002, p. 67).

ções que trabalham na ótica do atendimento (*linha do assistencialismo*). Aqui o discurso parte sempre de um sujeito que fala *a respeito* da pessoa portadora de deficiência.

A outra linha, surgida mais recentemente, ganhando força a partir da segunda metade da década de 80, centra o discurso no campo da cidadania e dos direitos humanos. Passa a ocorrer uma nova discussão no interior dos movimentos sociais, e as pessoas portadoras de deficiência buscam um espaço de “tomada da palavra para si”, colocando-se como sujeitos do seu próprio discurso.

O surgimento e a popularização de novas tecnologias de comunicação, que provocaram um salto no grau de acessibilidade ao mundo em geral, também contribuíram sobremaneira neste sentido, conferindo às pessoas portadoras de deficiência um maior poder de articulação política. Contudo, mesmo os defensores da linha “da cidadania” ainda utilizam linguagens discrepantes e, embora circunscritos numa mesma grande identidade, há um mosaico de entendimentos da questão. Implementar essa discussão e globalizá-la na atualidade, quando as estruturas em rede dominam as organizações sociais, tem de estar na pauta das mídias, que se constituem em lugar de poder e desempenham papéis preponderantes na instituição de sentidos e no controle social.

Entretanto, o poder informacional das mídias também é resultante do trabalho dos jornalistas, cujo entendimento acerca das questões das pessoas portadoras de deficiência vai resultar nas escolhas do tratamento das matérias sobre esse segmento social. E dessa responsabilidade, por ofício, não há como fugir.

2 O DISCURSO JORNALÍSTICO

O campo dos media é lugar de mediação social por excelência. Esteves (1988) reconhece, como bem específico do campo dos media, a palavra/discurso. Tangenciados por essa cumplicidade com a linguagem, interessa-nos aqui, em particular, o jornalismo sob a perspectiva discursiva.

Entre as características atribuídas ao discurso jornalístico e que concorrem para constituir e reforçar a sua credibilidade, está o fato de, entre os discursos mediáticos, o discurso jornalístico ser aquele que se distingue por, supostamente, ser objetivo, verdadeiro, equilibrado.

A objetividade é uma das características mais inquietantes entre as que se atribuem ao discurso jornalístico. São vários os estudiosos que se mobilizam com o tema. No campo da teoria do conhecimento está instalado o debate tradicional que aponta a impossibilidade de conhecer o mundo de forma completamente objetiva, posto que a subjetividade tem grande importância na apreensão dos saberes.

A subjetividade estará presente em todos os momentos da produção de notícias – sempre que o jornalista definir uma pauta em detrimento de outra, o

uso de uma palavra e não outra na constituição de um texto, a escolha desta fonte e não daquela, a opção por esta declaração em vez de outra. Sempre que isso ocorrer, ele estará usando seu *news judgement*³, e o caráter “impessoal”, “imparcial” e “objetivo” da notícia estará sendo construído sobre uma essência de subjetividade.

Semelhante ao discurso pedagógico, o discurso jornalístico faz crer que apenas apresenta os fatos como são e cria essa ilusão através do uso que faz das palavras, com uma linguagem pretensamente isenta de subjetividades. Não há como não interpelar as palavras para, através delas, dos sentidos que revelam e escondem simultaneamente, perseguir-se o propósito de buscar a resposta ao problema que nos mobiliza aqui: os sentidos produzidos no campo jornalístico reforçam ou não o estigma do déficit?

3 O QUE DIZEM OS JORNAIS

A pretensão deste trabalho é refletir sobre os sentidos postos em circulação pelo discurso jornalístico quando este medeia – e, ao mesmo tempo, é por eles atravessado – os discursos dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência, além de refletir sobre os conceitos repetidos pela mídia. A pesquisa vem preencher uma lacuna tanto nos estudos de Jornalismo quanto nos estudos de áreas como Educação e Sociologia, problematizando o campo onde se imbricam os discursos sociais e políticos das pessoas portadoras de deficiência, os discursos sociais e políticos *sobre* elas e os discursos jornalísticos.

Parte-se do pressuposto de que o discurso jornalístico tem autonomia relativa, sendo, ao mesmo tempo, um campo autônomo do conhecimento, com regras próprias, e um “lugar” em que circulam outros discursos – entre eles, o do assistencialismo e o da cidadania. Trata-se aqui de entender a complexidade do campo jornalístico a partir do estabelecimento de uma teia de relações discursivas.

A pergunta que nos mobiliza é: como o discurso jornalístico dos dois principais jornais gaúchos *Zero Hora* (ZH) e *Correio do Povo* (CP) representa as questões das pessoas portadoras de deficiência? Agregada a essa pergunta principal, questionamos: os sentidos produzidos no campo jornalístico reforçam ou não o chamado “estigma do déficit”?

Para a análise, foram selecionadas as 87 notícias veiculadas pelos dois periódicos sobre o tema da deficiência, entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2001. O intervalo foi escolhido por circundar a Semana da Pessoa Portadora de

³ O produto da conciliação de seus critérios éticos e jornalísticos (MACHADO; JACKS, 2001, p.281), que é constitutivo dos processos decisórios presentes nas rotinas produtivas do jornalista.

Deficiência, entre 21 e 28 de agosto, marcada por eventos em todo o país e, por essa razão, muito presente no noticiário.

3.1 A OPÇÃO METODOLÓGICA

Há mais de um motivo para a opção pela Análise do Discurso (AD) de vertente europeia, mais especificamente francesa. Primeiro, porque esta ferramenta metodológica possibilita entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, em qualquer tipo de discurso, inclusive no discurso jornalístico (DJ). Segundo, pelo fato de trabalhar com textos sob duas perspectivas: lingüística e histórico-social, sendo que cada uma dessas perspectivas atravessa e é constitutiva da outra, resultando em um funcionamento em rede. E, por fim, a Análise do Discurso pode dar conta teoricamente de uma complexidade maior de raciocínio, que considera a existência do binômio objetividade/subjetividade no interior de um mesmo discurso jornalístico.

3.2 O QUEE COMO DIZEM OS JORNAIS

Nesta investigação, foi detectado que o discurso jornalístico pode representar a pessoa portadora de deficiência sob pelo menos duas perspectivas, ou em duas posições de enunciação distintas: a do assistencialismo e a da cidadania.

A linha do assistencialismo circunda a pessoa portadora de deficiência. Encontra-se aqui um discurso *sobre*, que pode ser identificado a priori pela veiculação de idéias como as de que esses indivíduos necessitam de atendimento externo, precisam ser ajudados. Esse é um lugar onde as pessoas portadoras de deficiência vão estar sendo sempre retratadas pelo viés do déficit – são sujeitos aos quais, antes de nada, falta algo, e é essa falta que os caracteriza no interior do DJ. As principais marcas que identificam essa linha discursiva são nomeações como *especial e deficiente*, entre outras⁴.

Já a linha da cidadania no DJ se constitui a partir do discurso *das* pessoas

⁴ A pesquisa detectou no corpus 47 palavras e/ou raízes de palavras que, de alguma forma, concorrem para a construção e/ou reforço da imagem da pessoa portadora de deficiência pelo viés do déficit: *abandonados, ajuda, anomalia, arrecadar/arrecadação, assistidos, atenção, atender/atendidas, atendimentos, beneficente(s), carinho, campanha, comoveram, compadece-ram, compensa, cuidar, contribuição, drama, defeito, deficientes, desproporcional, diferente, dificuldades, distúrbios, doou/doações, especiais, excluir, emocionaram, empenho, esforço, falhas, graves, impacto, incluir/inclusiva, integração, limitação, necessitados/necessitar, oportunidade, problema(s), protegidos, proteção, reabilitação, retardo, supera, tratamento, vegetativos, vergonha e vítimas*. Também foram detectadas 27 expressões (as semelhantes estão consideradas nas mesmas unidades) que constituem valor negativo para a deficiência: *preso a uma cadeira de rodas, adequar posto de trabalho, comprometimento mental, marca da diferença, direito a quem necessita, conforme as habilidades das pessoas portadoras de deficiência, incapacidade permanente, alimentos especiais, criança especial, educação especial, aluno especial, desordem neurológica, pessoas com necessidades educacionais especiais, escola especial/educação especializada/ensino especializado, pessoas especiais, chamar atenção à problemática*.

portadoras de deficiência e suas marcas são identificadas em formações discursivas que revelam movimentos de busca de autonomia e, principalmente, de igualdade de condições de acesso. Aqui a pessoa é retratada pelo viés da característica e, em alguns casos, mais do que sob a perspectiva da inclusão, o enunciador consolida um discurso da não-exclusão. Dito de outra forma, engendra um discurso em que cabe toda a sociedade, que se utiliza de nomeações e palavras que podem ser aplicadas genericamente a qualquer indivíduo. Essa posição de enunciador revela um discurso que, mesmo quando trata da deficiência no singular, mantém o foco na pluralidade social, no entendimento de uma sociedade em rede, formada, organizada em estratos, em individualidades sociais de essências distintas, e não em estratos sociais, cuja superposição de camadas denuncia a existência de uma hierarquização.

Há casos, porém, em que os enunciados não estão “puros” na superfície do texto, ocultando de que posição de enunciador emanam, e nascem, assim, formações discursivas que mesclam formações ideológicas das duas linhas: do assistencialismo e da cidadania. Quando isso ocorre, há um deslizamento de sentidos e, a partir da dominância do sentido constituído pela memória, os conceitos do assistencialismo provavelmente se revelam como uma presença mais forte. Como diz Pêcheux (1990, p. 21), o enunciado é o que “pega” entre os vários ditos que circulam no meio em análise.

Entre as 23 notícias enquadradas na linha discursiva da cidadania⁵, o texto Crianças Assumem Comando da Festa Literária, do *Correio do Povo*, insere a deficiência no contexto da notícia, listada no relato que hierarquiza como destaque o fato de o Sítio do Picapau Amarelo, uma das obras mais famosas de Monteiro Lobato, ter sido apresentada no evento. Foi a peça no seu conjunto, e não as pessoas que a representaram, o objeto que marcou presença na Jornadinha. Oito crianças com deficiência visual, do Rio, encenaram a peça com o mesmo status discursivo com que a Cia. de Espetáculos da UPF levou ao palco Gutenberg e sua prensa, os livros e sua versão moderna, o *e-book* [que] emocionou atores e autoridades.

Na íntegra dessa notícia, as pessoas portadoras de deficiência estão contextualizadas pelo viés da característica: têm deficiência visual e são do Rio.

Em Deficiência e Trabalho (CP), Heitor Lermen confunde o discurso *das* pessoas portadoras de deficiência com o discurso *sobre* pessoas portadoras de deficiência. Expressões como é a sociedade que deve se preparar para conviver com as

⁵ Das 87 notícias do corpus, apenas uma foi listada na categoria “silenciamento” (1,1% do total sobre o tema publicado no período nos dois veículos, registrada em ZH). Oito notícias (9,2% do total) mostraram-se “híbridas”, mesclando características de cidadania e assistencialismo (três em ZH e cinco no CP). Na linha da “cidadania” foram encontradas 23 notícias (26,5% - 11 em ZH e 12 no CP). Preponderou a linha do “assistencialismo”, com 55 notícias (63% do total sobre o assunto, com 16 títulos em ZH e 39 no CP).

diferenças e a equiparação de oportunidades marcam a linha da cidadania. É nos movimentos sociais e no campo político que essas formações discursivas se constroem e, por vezes, se mesclam, produzindo sentidos dúbios, como na afirmação *é a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças*. Aqui as “diferenças” podem referir-se ao universo da sociedade ou apenas ao fragmento dos portadores de deficiência – a intenção inicial de quem escreveu o texto não fica clara. No primeiro caso, em se tratando da população como um todo, o enunciado estaria falando das diferenças de cada indivíduo em relação aos demais. Seriam as diferenças que conferem a cada um a sua essência de individualidade, sem estigmatizar ou valorizar um modelo em relação ao outro. Já, se a expressão quiser dizer que *é a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças* do portador de deficiência – sujeito histórico esse que *traz em si a marca da diferença* –, e que deve fazê-lo de maneira distinta da que faz hoje grande parte das empresas – passando a adequar postos de trabalho conforme as habilidades das pessoas portadoras de deficiência (PPDs) – o texto estaria marcado pela linha discursiva do assistencialismo. E, sobretudo, trata-se de um texto *sobre* pessoas portadoras de deficiência, não sendo, portanto, a fala *das*⁶ pessoas portadoras de deficiência. Nesse sentido, o DJ confunde marcas que mesclam sentidos que pintam uma pessoa portadora de deficiência na busca de instaurar o paradigma cidadão da equiparação de oportunidades, mas que necessita de garantia do direito *desse* cidadãos ao trabalho e, ao mesmo tempo, é parte dos problemas sociais e, ainda diferente. Além disso, no encerramento, o texto critica a nossa resistência em aceitar o que é diferente, reiterando o que no transcurso da leitura era apenas uma suspeita: que quem assina a matéria também resiste à diferença (*nossa resistência*), que esse *sujeito-autor* se inscreve fora da deficiência, com suas formações discursivas permeadas por formações ideológicas de vários campos, inclusive o da deficiência – trata-se aqui, porém, da deficiência *vista de fora*. Na tentativa de, no campo discursivo, solucionar a tensão entre as formações ideológicas de ordens tão distintas como o assistencialismo e a cidadania, o *sujeito-autor* se debate sob o deslizamento de sentidos e sucumbe, traído pelas palavras, construindo uma pessoa portadora de deficiência que traz em si a marca da diferença acima de qualquer outra. Mas esse movimento de universalização da resistência à diferença corresponde a outro que lhe é simultâneo: o estabelecimento de cumplicidade com o leitor – é hora de repensarmos *nossas* práticas, *nossos* conceitos – e que é

⁶ Mesmo quando o Discurso Jornalístico traz a fala *das* pessoas portadoras de deficiência, trata-se de um *discurso sobre*, por ser esta uma das características inerentes ao Discurso Jornalístico. Seria, contudo, um *discurso sobre*, cuja fonte seria a própria pessoa portadora de deficiência e não um *discurso sobre* outro *discurso sobre*, cuja fonte seria alguém que fala a respeito da pessoa portadora de deficiência.

[. . .] tripla, porque está sendo partilhado: 1) um saber comum a todos (e, neste sentido, universal), com a utilização do [. . .] [pronome possessivo] na primeira pessoa do plural ; 2) um saber evocado sobre algo específico, uma vez que a oração seguinte é objetiva direta [. . .] [(em aceitar o que é diferente)]; e 3) um preconstruído [(o que é diferente – que já se sabe que, simplesmente, não é igual)]. (MARIANI, 1998, p.65).

Dessa forma, consideramos que, quando o DJ mescla a formação discursiva do assistencialismo com a formação discursiva da cidadania, o deslizamento de sentidos vai resultar na dominância da linha do assistencialismo. Haverá, assim, uma reformulação que vai resultar em uma nova construção e esta, por sua vez, vai reforçar a idéia de déficit. É a construção de uma nova pessoa portadora de deficiência que, clonada, repete a genética ancestral de um ser ao qual falta algo, sendo essa falta a sua própria essência.

O assistencialismo “puro” é também a linha discursiva mais presente nas páginas dos jornais. Foram 55 ocorrências no período examinado neste trabalho, tratando de sete temas diferentes. E essa diversidade de temas também concorre para a construção e o reforço do paradigma.

Mesmo quando se trata de um relato a respeito de atitudes políticas em busca de cidadania, o DJ (des)qualifica o indivíduo como *deficiente*. E essa tendência se acentua quando os enunciadores estão nos campos técnicos, especialmente da saúde e educação. Em Atenção ao Portador de Deficiência, ZH apresenta uma seção do tipo “manual de instruções”, onde consta *recorte e guarde*, tratando-se de um material que deve servir para orientar pais e responsáveis pela educação de crianças portadoras de deficiência. No subtítulo *Como Escolher*, encontram-se sugestões como Se ela [a criança] necessitar de *muita atenção* e tiver um grau *mais acentuado* de deficiência, o *ideal* é a educação especial.

Entretanto, a orientação não torna possível mensurar o quanto é *muita atenção* ou um grau *mais acentuado* de deficiência. As referências são vagas, extremamente subjetivas e não há memória coletiva sobre elas que possibilite, de qualquer forma ou por qualquer meio, saber o que querem dizer tais expressões. E esse sentido vago, de que se está lidando com algo impalpável, reforça o que vem de concreto imediatamente a seguir - *o ideal é a educação especial* – como toda a seqüência restante ao subtítulo:

Para tomar a decisão certa, procure um especialista e converse com ele sobre o seu filho. [. . .] Não encare a escola especial de forma negativa. Ela pode ser a melhor opção para

o desenvolvimento da criança. A instituição escolhida deve ter professores especializados.

Na seção seguinte do “manual”, o subtítulo *Como orientar outras crianças* indica que aqueles que dividem a sala com uma *criança especial* devem ter suas dúvidas esclarecidas e o assunto deve ser tratado *de forma natural*. Não existe, porém, nenhuma referência quanto ao que seria essa *forma natural* ou que tratamento seria *não-natural*.

Lembre-se de que as crianças não têm preconceito. O preconceito está na cabeça dos pais.

É um discurso que, no mínimo, ignora as múltiplas escolhas e a diversidade de interações das crianças na atualidade. Quem vai à creche ou à escola desde a primeira infância, assiste televisão, navega na Internet e tem acesso a alguma literatura – e mesmo quem apenas assiste à televisão –, muito provavelmente, ao iniciar sua educação formal no ensino regular, já tenha sido submetido a uma variedade tal de informações, que seja capaz de não ter seus conceitos formulados e suas decisões tomadas unicamente pela *cabeça dos pais*.

O professor tem um papel importante na orientação. Logo no início das aulas, ele deve apresentar o *aluno especial* aos colegas e fazer um trabalho de integração.

Embora o discurso pedagógico defenda como papel do professor integrar a *turma*, o que pode ser feito também apresentando todos os alunos uns aos outros, aqui é o *aluno especial* que deverá ser apresentado aos colegas. Ele é o *diferente*, a *criança especial* e *com necessidades especiais*, a respeito de quem *os pais devem conversar com especialistas para saber o que [lhe] é mais apropriado, na ansia de querer uma vida normal*.

Na tentativa de normalizar a deficiência radicalizando-a, o DJ traz à cena enunciadores do discurso da família da pessoa portadora de deficiência. Forma-se como que um círculo discursivo, em que um enunciador legitima a posição do outro, ou seja, o discurso técnico aponta que

Para evitar possíveis problemas, a solução está na conversa. As crianças devem compreender *o que houve* com o colega e por que ele é *diferente* delas. Dessa forma, *a aceitação ocorrerá naturalmente*.

Houve algo com o colega? Onde? *Algo* de que ordem? De que tipo? *Algo* como? *Houve algo* porque ele é *diferente*? Mas, não o são todos os indivíduos? Não

é a diferença a marca da individualidade? De que forma *a aceitação ocorrerá naturalmente* se a mãe assegura que

[...] não adianta fingir que o filho é normal e querer esconder o problema [...] o ideal é o ensino especializado [já que, como diz outra mãe,] ele se sente muito bem no colégio e isso *ajuda* muito.

A voz da pessoa portadora de deficiência não se faz ouvir nesse texto, constituindo-se num silêncio *natural*, já que o enunciado que “pega” é o do *portador de deficiência* que requer *atenção* (no título da matéria) *especializada*, num *estabelecimento diferenciado* (de quê?), com *metodologia diferente* (sob quais parâmetros?).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instaurar o hábito de desacomodar o processo de produção de idéias, de questioná-lo, de “mudar de lugar” várias vezes e checar as suas construções, de interpelar as palavras e expressões reiteradamente é uma cultura mais próxima do ideal do que da realidade das redações, cada vez mais mergulhadas nas chamadas “rotinas infernais” (ADGHIRNI, 2002). Desacomodar a rotina do processo de construção do pensamento é a proposta deste trabalho, até porque ceder à memória já constituída e por anos atualizada e sedimentada pelo cultivo de tradições, de sentidos circulantes desde muito tempo, chega a ser “natural”, posto que, de uma ou outra maneira, todos os indivíduos estão à mercê de sua subjetividade. As escolas de jornalismo orientam sobre como construir a notícia, quais são os cânones da profissão, como estruturar ou caar informações, como proceder no cotidiano profissional, qual o papel do jornalista. Pouco se diz, entretanto, sobre a necessidade de manter-se vigilante a respeito das palavras e, ainda mais especialmente, quase nada se discute das palavras em contexto. Esse objeto mágico, que Bakhtin (1986, p. 113) chama de “[...] ponte entre mim e os outros [...]”, constrói valores com seus ditos que nada mais são do que discursos. E esses valores podem ser positivos ou negativos.

Os sujeitos dos discursos não controlam a proliferação de sentidos, dado que cada discurso é criatura de muitos criadores antes (atravessada que está sua constituição por incontáveis outros discursos até a ancestralidade) e depois dele (na interpretação que faz o leitor, o que de fato é uma nova construção, um novo discurso). Mas esse dobrar-se eterno sobre si mesmo da constituição e circulação dos sentidos, que ao longo de tantos séculos significou a pessoa portadora de deficiência de diferentes maneiras, sempre em íntima relação com o modo como se tratou (e retratou) o corpo humano, em algum momento – que por esta pesquisa

ainda não se pode precisar (quem sabe em próximas investigações?) – , passou a ser permeada por enunciados diversos, por outros lugares de constituição de sentido (o lugar de onde emana o discurso da cidadania). A presença desses sentidos no discurso jornalístico, porém, passa pela desacomodação que parece ser a única via para, a partir da desnaturalização, banir a deficiência como lugar “da falta” do discurso jornalístico.

Disability versus Handicapped Person: one discursive analysis of the newspapers *Zero Hora* and *Correio do Povo*

ABSTRACT:

This research consists of an analysis of the news about handicapped persons in the newspapers *Zero Hora* and *Correio do Povo*, from Porto Alegre, from the perspective of Discourse Analysis. With the aim of denaturalizing the production process of the journalistic discourse related to the way it shows the handicapped person, it is questioned if this way of showing reinforces or not the stigma of disability. Within a corpus of 87 pieces of news published from August 1st to September 30, 2001, the dominant discursive structures were mapped and their source enunciators were identified, locating the speeches that came from two sources: from social assistance entities and professionals that work with handicapped persons, on one hand, and social movements on the other hand – voices that permeate the journalistic discourse and help to set it up. The aim was to understand the specific production conditions of journalistic discourse and to identify the existing tension among emergent discourses from handicapped person's social movements, the surrounding discourses that concern those people and the journalistic discourse about that population section. It was considered that, preexisting journalistic discourse, there are two dominant discursive lines circulating in the political and social fields: the citizenship line, that is the discourse *of the* handicapped person and refers to the movements that seek for autonomy and equality of access conditions to the many fields of life; and the assistantship line, a discourse *about the* issue, that surrounds the handicapped person, founding its perspective through the deficit view: a handicapped person is someone who primarily lacks something, and because of that, needs external assistance.

KEYWORDS: Handicapped Persons. Journalistic Discourse. Citizenship. Assistantship.